



Comunicado de Imprensa

Luxemburgo, 12 de setembro de 2019

Planos recentes da UE em matéria de defesa acarretam riscos de desempenho, segundo um documento de análise do Tribunal de Contas Europeu

De acordo com um novo documento de análise do Tribunal de Contas Europeu, as atuais capacidades militares dos Estados-Membros e a sua cooperação na matéria não correspondem ao novo nível de ambição da política de defesa da UE. O Tribunal alerta que são essenciais sinergias entre as iniciativas da UE e outros quadros de defesa e segurança. Uma questão de importância crítica, em particular, é saber se a UE será capaz de complementar a NATO e evitar duplicações e sobreposições. No entanto, as recentes iniciativas a nível da UE e o aumento do financiamento proposto acarretam riscos de desempenho.

Os Estados-Membros permanecem firmemente no comando no que respeita à defesa europeia e, até 2014, a ação a nível da UE foi limitada. No entanto, a recente evolução no plano internacional, associada a considerações de ordem económica e industrial, conferiu um novo impulso à cooperação europeia no domínio da defesa. Na sequência da estratégia global da UE de 2016 e do seu plano de execução em matéria de segurança e defesa, foram lançados vários mecanismos e iniciativas. Neste contexto, a Comissão Europeia propôs um aumento significativo do orçamento da UE para a defesa e a segurança externa: 22,5 mil milhões de euros para o período de 2021-2027, em comparação com 2,8 mil milhões de euros para o período de 2014-2020.

O Tribunal considera que se corre o risco de não existirem sistemas de controlo capazes de acomodar um tão importante aumento da despesa da União. Reconhece igualmente que a defesa constitui um domínio que se encontra no cerne da soberania nacional. Parece haver diferenças estratégicas evidentes entre os Estados-Membros da UE, cujas perceções das ameaças à segurança e visão do papel da União em matéria de defesa podem não ser as mesmas. Estes têm também diferentes regras de participação e uma grande diversidade de pontos de vista

O objetivo do presente comunicado de imprensa é apresentar as principais mensagens do documento de análise adotado pelo Tribunal de Contas Europeu. O texto integral do documento encontra-se em www.eca.europa.eu.

ECA Press

12, rue Alcide De Gasperi – L-1615 Luxembourg

E: press@eca.europa.eu @EUAuditors eca.europa.eu

relativamente ao uso da força militar. Neste contexto, alguns conceitos, como os de "autonomia estratégica" ou de "exército europeu", permanecem latos e vagos, assinala o Tribunal.

Acrescenta ainda que é essencial assegurar a coerência das iniciativas da UE e as sinergias com outros quadros de defesa e de segurança, o que é particularmente válido no que respeita à NATO, já que, para 22 Estados-Membros, continua a ser o quadro de base em matéria de defesa coletiva. Uma questão de importância crítica é saber se a UE é capaz de complementar a NATO e, dessa forma, evitar a duplicação e a sobreposição de funções com esta organização.

"A defesa implica a criação de capacidades militares reais, com um claro potencial para dissuadir eventuais ameaças", afirmou Juhan Parts, Membro do Tribunal de Contas Europeu responsável pelo documento de análise. "Na ausência de fatores determinantes de sucesso e sem especificar objetivos claros, existe o risco de que as atuais iniciativas da UE no domínio da defesa continuem a ser letra morta e não tenham resultado".

No que diz respeito às capacidades de defesa, existe uma clara discrepância entre o que se espera dos Estados-Membros e aquilo que estes podem aceitar e cumprir. O Tribunal salienta que as capacidades militares da UE têm sido afetadas negativamente pelo subinvestimento e pelos cortes nos orçamentos de defesa nacionais nos últimos anos e caracterizam-se por um elevado nível de duplicação e fragmentação. Esta situação é agravada pela ausência de normas técnicas comuns, que prejudica a interoperabilidade das diferentes forças armadas europeias. Em suma, as atuais capacidades militares dos Estados-Membros não correspondem ao nível de ambição militar da UE e seriam necessárias várias centenas de milhares de milhões de euros para colmatar esta lacuna se a Europa tivesse de se defender sem ajuda externa. A saída do Reino Unido da UE agravaria mais esta situação, uma vez que é o país da União que mais investe na defesa, sendo responsável por cerca de um quarto da despesa total dos Estados-Membros.

Nos últimos anos, foram criados vários mecanismos e iniciativas relacionados com a defesa, incluindo a cooperação estruturada permanente (CEP), a análise anual coordenada da defesa (AACD) e o Fundo Europeu de Defesa. Estas iniciativas e o aumento do financiamento proposto ao nível da UE e dos orçamentos nacionais podem ser considerados um "salto qualitativo" para a defesa europeia. No entanto, o seu êxito depende, em grande medida, de várias condições essenciais que o Tribunal considera não estarem ainda a ser satisfeitas, especificamente:

- um processo de planeamento da UE eficaz;
- a participação dos Estados-Membros;
- o impacto sobre as necessidades reais de capacidades;
- o quadro de governação e prestação de contas.

Nota aos diretores das publicações

Os documentos de análise apresentam e examinam os factos relativos a uma questão específica; não são relatórios de auditoria.

O documento de análise 9/2019 "Defesa Europeia" está disponível no sítio Internet do TCE (eca.europa.eu) em 23 línguas da UE.

Contactos de imprensa para o presente documento

Vicente Bourgeais – e-mail: vincent.bourgeais@eca.europa.eu

Tel.: (+352) 4398 47502 / Telemóvel: (+352) 691 551 502